



**Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Agrárias
Departamento de Economia Rural
Cooperativismo**

**MULHERES E COOPERATIVISMO: UMA ANÁLISE
INTEGRATIVA (2017 - 2021)**

Letícia Plácido Lopes - 85748

Viçosa - MG

2022

LETÍCIA PLÁCIDO LOPES

**MULHERES E COOPERATIVISMO: UMA ANÁLISE
INTEGRATIVA (2017 - 2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Economia Rural como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Cooperativismo pela Universidade Federal de Viçosa. Sob a orientação da professora Bianca A. Lima Costa. O trabalho será apresentado em forma de artigo e submetido na Revista de Gestão e Organizações Cooperativas.

Viçosa - MG

2022



ISSN 2359-0432
Acesso aberto

RGC, Santa Maria, v. 9, n 17, exx, Jan./Jun., 2022 • <https://doi.org/10.5902/23590432xxxxx>
Submissão: xx/xx/xxxx • Aprovação: xx/xx/xxxx • Publicação: xx/ xx/ xxxx

MULHERES E COOPERATIVISMO: UMA ANÁLISE INTEGRATIVA (2017 - 2021)

WOMEN AND COOPERATIVISM: AN INTEGRATIVE ANALYSIS (2017 - 2021)

Letícia Plácido Lopes¹ 

¹ Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, Viçosa, MG, Brasil

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre a perspectiva de gênero dentro do cenário cooperativista, abordando os estudos elaborados sobre o tema nos últimos anos. O trabalho segue a metodologia de revisão integrativa e utiliza dados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para contextualizar a problemática. Para a realização deste trabalho, foi feita uma busca na Plataforma de Periódicos da Capes e na Plataforma Scopus no período de 2018 a maio de 2022, a partir disso, selecionamos 15 artigos de sete países diferentes, sendo eles Brasil, Argentina, Espanha, Cuba, Costa Rica, Colômbia, México e Chile. Após a leitura dos mesmos, organizamos as temáticas em três categorias de análise, a primeira trata do desenvolvimento de políticas públicas ou sociais que fomentam a inserção das mulheres em cooperativas, a segunda aborda as experiências e trajetórias de empoderamento das mulheres no cooperativismo e, por fim, dá ênfase aos aspectos de invisibilidade das mulheres no cooperativismo.

Palavras-chave: mulheres; cooperativismo;

ABSTRACT

This work reflects on the gender perspective within the cooperative scenario, addressing the studies carried out on the subject in recent years. The work follows the integrative review methodology and uses data from the Yearbook of Brazilian Cooperativism 2021 and the Brazilian Institute of Geography and Statistics to contextualize the problem. In order to carry out this work, a search was carried out on the Capes Journal Platform and on the Scopus Platform from 2018 to May 2022, from which we selected 15 articles from seven different countries, namely Brazil, Argentina, Spain, Cuba, Costa Rica, Colombia, Mexico and Chile. After reading them, we organized the themes into three categories of analysis, the first deals with the development of public or social policies that encourage the insertion of women in cooperatives, the second addresses the experiences and trajectories of women's empowerment in cooperativism and, by Finally, it emphasizes the aspects of women's invisibility in cooperativism.

Keywords: women; cooperativism;

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE), no ano de 2021 o número de mulheres desempregadas chegou a 16,45%, sendo que o índice médio nesse mesmo ano foi de 13,20%.

O cooperativismo teve seu início no ano de 1844, quando 28 trabalhadores, sendo 27 homens e uma mulher chamada Eliza Brierley, da cidade de Rochdale no interior da Inglaterra, apostaram na ideia de montar um armazém para adquirir alimentos em grande quantidade com melhores preços e tudo o que fosse arrecadado seria repartido de maneira igualitária entre todos os membros da intitulada “Sociedade dos Probos Rochdale”, pautada nos valores e princípios da honestidade, solidariedade, equidade e transparência (Holyoake, 2020).

O cooperativismo apresenta seus princípios de adesão livre e voluntária, e a gestão democrática, em teoria, contribui para que as mulheres possam se filiar a essas organizações sendo tratadas de maneira igualitária nas cooperativas. Para Pereira e Ferreira (2018), as mulheres tendem a buscar as cooperativas para que possam ter autonomia, independência e a sua própria renda.

No entanto, após algumas experiências vividas ao longo do curso de Cooperativismo, o potencial de maior igualdade não parecia se efetivar na prática de grande parte das iniciativas estudadas ao longo da graduação. Daí, surgiu o interesse em pesquisar sobre esse tema devido a pouca quantidade de pesquisas e discussões sobre a participação das mulheres dentro das organizações cooperativas.

A partir desse olhar, este artigo busca fazer uma revisão integrativa da literatura acerca do tema mulheres e cooperativismo, visando entender os desafios e perspectivas em relação ao cenário atual no qual estão inseridas, com o objetivo deste estudo é guiado pela seguinte pergunta: "qual a participação das mulheres nas organizações cooperativas?".

Considerando o período da pandemia da COVID-19 e a impossibilidade ou maior restrição para estudos presenciais, optamos por uma metodologia baseada na fundamentação teórica e contextualização sobre o tema a partir dos dados pesquisados

sobre o cooperativismo e, como dito acima, foi realizada uma revisão integrativa acerca do tema.

O artigo traz uma breve contextualização sobre gênero e a divisão sexual do trabalho, buscando relacionar com dados atuais do mercado de trabalho e do cooperativismo. Posteriormente, nos procedimentos metodológicos abordamos o que é uma revisão integrativa e como foram feitas as buscas que levaram a seleção dos artigos utilizados para a estruturação deste trabalho.

2 GÊNERO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A relação de desigualdade entre homem e mulher é permeada por uma longa luta, especialmente quando tratamos dos papéis definidos para a mulher na sociedade. Muitas vezes as mulheres ficam incumbidas dos afazeres domésticos, da reprodução com a função de educar os filhos e zelar pelo lar. Em contraponto, os homens são geralmente designados ao papel produtivo da família, sendo este considerado como trabalho mais importante e mais valorizado (Hirata *et.al*, 2009).

Em geral, os diferentes feminismos lutam contra a violência de gênero e buscam igualdade de direitos para as mulheres na sociedade. No feminismo materialista, o trabalho é uma categoria extremamente importante:

Para o feminismo materialista o trabalho é central em sua materialidade e enquanto prática social. A divisão sexual do trabalho profissional e do trabalho doméstico subjacente à divisão sexual do poder e do saber também é central para essa corrente do feminismo materialista (Hirata, 2018).

Dentro dessa perspectiva, pode-se abordar a divisão sexual do trabalho, que para Neto, Costa e Helal (2016) é uma vertente da desigualdade de gênero. Esta divisão é permeada pelo patriarcado que está instaurado na sociedade e para Duarte e Spinelli (2019):

A primeira condição da divisão sexual do trabalho é a “categorização social dos sexos”, que contribui para a desvalorização e hierarquia no mercado de trabalho, no contexto familiar, de maneira que estabelecem posições sociais secundárias ao sexo feminino, relegado para maior subserviência e inferioridade na esfera privada e pública (p. 136).

Em outra abordagem, Enríquez (2015, p.34) apresenta que “a economia feminista faz uma extensa contribuição com o estudo sobre a participação das mulheres na economia, particularmente revelando os mecanismos de discriminação no mercado de trabalho.” Para Hillenkamp (2019), o estudo sobre a economia feminista possibilitou que fosse evidenciada a distinção de gênero nas políticas econômicas. Isso muitas vezes ocorre

devido ao fato de que a representação social relaciona a mulher à feminilidade, onde ela deve submissão à figura masculina que é visto como um ser viril, autoritário e de maior força física.

Por outro lado, observa-se que a força feminina para empreender nas mais diversas áreas tem se mostrado cada vez mais forte, como cita Nassif *et al.* (2020). Entretanto, ainda existe uma grande dificuldade para que elas consigam participar de algumas frentes de atividades. No caso da disparidade salarial da mulher que compõe um grupo culturalmente discriminado no trabalho, a vulnerabilização de sua condição implica uma reduzida proteção social, em compasso com o seu rendimento mensal inferior ao recebido pelo homem (Camila Rodrigues Neves de Almeida Lima, 2018)

Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista; ao contrário, trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois, se supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, esse raciocínio implica estudar ao mesmo tempo seus deslocamentos e rupturas, bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão. (Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier, 2009, p. 68)

Segundo Fernanda Maria Caldeira de Azevedo (2016, p.:15), “o debate feminista sobre o patriarcado coloca, no centro da discussão, o poder do homem sobre a mulher existente também nas sociedades capitalistas contemporâneas”. Nesse sentido, a compreensão do patriarcado consiste em perceber as desigualdades existentes nas relações sociais entre homens e mulheres (Patricia Pereira Tavares de Alcantara, Camila Lopes Peixoto e Adriana Maria Simião da Silva, 2017). Devido às influências patriarcais, como mencionado por Cardoso e Lopes (2021), as mulheres são colocadas como inferiores aos homens e minadas de seus espaços na vida pública e privada. Como apresentado por Hirata (2018), as oportunidades profissionais entre homens e mulheres não são as mesmas, limitando assim o acesso em certos tipos de atividades que acabam ficando apenas incumbidas aos homens.

Mesmo para as mulheres que se encontram ocupadas, o seu maior envolvimento em atividades de cuidados e/ou afazeres domésticos tende a impactar na forma de inserção delas no mercado de trabalho, que é marcada pela necessidade de conciliação da dupla jornada entre trabalho remunerado e não-remunerado. O indicador Proporção de pessoas ocupadas em trabalho parcial (CMIG 14) mostra que, em 2019, cerca de 1/3 das mulheres estavam ocupadas em tempo parcial – até 30 horas –, quase o dobro do verificado para os homens (15,6%). Na desagregação espacial, observa-se que as Regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de mulheres ocupadas em trabalho parcial, 39,2% e 37,5%, respectivamente. Na análise por cor ou raça, as mulheres pretas ou pardas eram as que mais exerciam o trabalho parcial, que representava 32,7% do total, enquanto entre as brancas o percentual foi de 26,0% (IBGE, 2019, p.5).

No caso das organizações cooperativas no Brasil, trazido pela Organização Brasileira do Cooperativismo (OCB), é possível verificar também situações de desigualdade. No Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2021, ressalta-se que a distribuição do quadro social por gênero teve um declínio no ano de 2019 para 2020. Em 2019, o percentual de mulheres presentes era de 40%, já em 2020 caiu 2% indo para um total de 38% de mulheres no quadro social das cooperativas do Brasil (OCB, 2022). Quando se trata da distribuição de empregos por gênero, foram recolhidas as informações de 2.261 cooperativas e as mulheres ocupam apenas 39% dos cargos nessas organizações em todo território nacional (OCB, 2022).

De acordo com o anuário, ainda encontramos a distribuição do quadro social por gênero e ramo, no qual apenas no ramo de saúde temos uma maior representatividade feminina, sendo 53% do quadro composto por mulheres. O fato de as mulheres estarem em maior número no ramo da saúde, pode ser explicado pelo que diz Sciortino (2018) e Frey e Veleda (2021): “o cuidado é comumente destinado às famílias e as mulheres dada a feminização do trabalho de cuidado que é fruto da construção histórica da sociedade patriarcal enraizada nas estruturas da sociedade (p.6)”

Os ramos transporte e agropecuário são os com menor adesão das mulheres em seu quadro social, sendo apenas 10% no ramo transporte e 15% no ramo agropecuário. O ramo de infraestrutura conta com 25% da participação feminina, consumo 41%, trabalho, produção de bens e serviços 42% e crédito 44%, sendo o segundo ramo com mais representatividade feminina (OCB, 2022).

Assim como os trabalhos citados, o Anuário do Cooperativismo mostra como a construção histórica social do patriarcado se faz presente em alguns ramos do cooperativismo até os dias atuais.

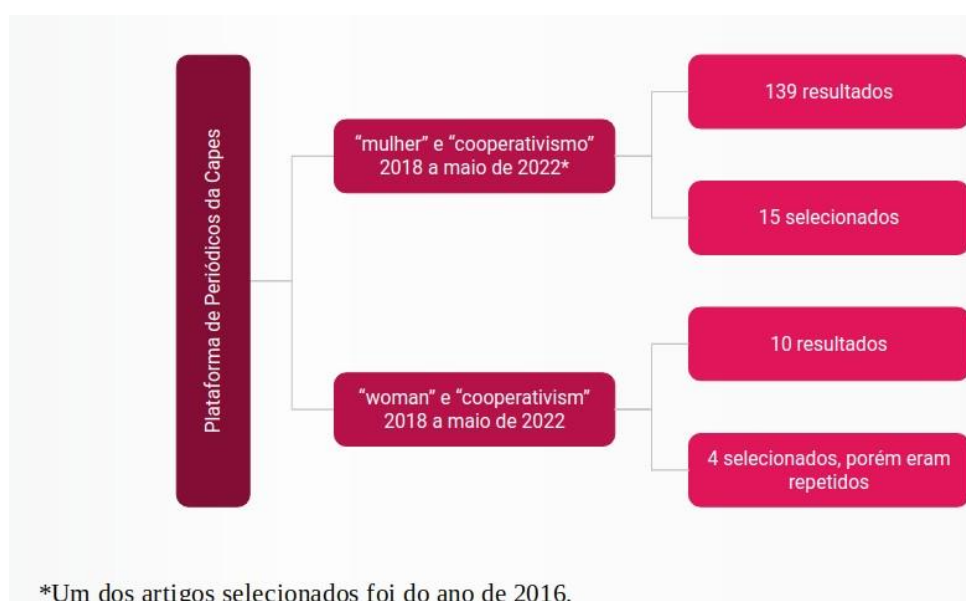
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A revisão integrativa é um método que busca sintetizar os resultados encontrados em pesquisas sobre determinado tema, de forma sistemática, ordenada e abrangente. Este método é dividido em seis passos: elaboração da pergunta "como podemos compreender a participação das mulheres nas organizações cooperativas?"; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho; 2010).

Esse tipo de revisão foi escolhido para esse trabalho com base na temática “mulheres e cooperativismo” buscando identificar, analisar e fazer uma síntese dos resultados dos estudos já existentes sobre esse assunto.

Foi feita uma busca utilizando a categoria busca avançada da Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde foram utilizados os filtros de busca “qualquer campo”, “contém” e “palavra-chave”. Além disso, também utilizamos os filtros “todos os itens”, “qualquer idioma” e “último cinco anos”, para fazer uma revisão integrativa, com as palavras chaves “mulher” e “cooperativismo”, no período de 2017 a 2021, onde durante a filtragem da plataforma, surgiu um artigo do ano 2016 que foi utilizado para compor o trabalho. Obtivemos 139 resultados, dos quais selecionamos os 74 revisados por pares e destes, apenas 15 se adequaram ao escopo. Dentro da busca, a plataforma filtrou artigos que continham as palavras chaves, mas que não eram de fato sobre o tema pesquisado, levando assim a exclusão destes.

Ademais, fizemos outra busca na mesma plataforma, utilizando os filtros anteriores, com as palavras chaves “woman” e “cooperativism”. Encontramos 184 artigos, onde os revisados por pares totalizavam 141 artigos e destes, excluindo-se os repetidos, foram selecionados dois artigos que contemplavam o tema. Devido aos poucos artigos encontrados na primeira plataforma e com o intuito de trazer um maior número de trabalhos para a discussão, fizemos uma busca na plataforma Scopus com as palavras chaves “woman” e “cooperativism”, onde encontramos 10 artigos. Destes, alguns eram repetidos e quatro se enquadraram no tema. Ao final, foram selecionados 15 artigos, todos revisados por pares para compor esse estudo.



Quadro 1

<i>Autores</i>	<i>Títulos</i>	<i>Ano de publicação</i>	<i>Revista/Periódico</i>
BORDIGNON	O programa mulheres mil e o cooperativismo no Brasil	2016	Revista Trabalho Necessário
CARDOSO; LOPES	Diversidade racial e de gênero: análise da comunicação do cooperativismo de crédito	2021	Revista Gestão e Organizações Cooperativas
SALCEDO; CUBA; LOJO	El cooperativismo en España y Cuba: ideas convergentes sobre la participación de las mujeres	2020	Cooperativismo y Desarrollo
NUNES; SILVA; SILVA; PEREIRA; LIMA	O cooperativismo e caprinocultura como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar	2018	Diversitas Journal
BOZA	Identidad, características y desarrollo social, económico y político de las cooperativas costarricenses. Atisbos en el sector de economía social	2019	Cooperativismo & Desarrollo
SCIORTINO	Una etnografía sobre arreglos familiares, leonas y mujeres superpoderosas Prácticas compartidas de cuidado entre las titulares del “Ellas Hacen”	2018	Cuadernos de Antropología Social
FREY; VELEDA	Las cooperativas de cuidados y el desarrollo territorial. Reflexiones en torno a un proyecto impulsado en Trelew, Chubut, Argentina	2021	Cooperativismo & Desarrollo
SIMON; BOEIRA	Fenomenia, isonomia, economia social e solidária: convergências no processo de empoderamento feminino?	2020	Ciências Administração
FLÓREZ; RAMÓN; GÓMEZ	Trayectorias subjetivas laborales y economía comunitaria en la Escuela de Mujeres de Madrid (Colombia)	2018	Nómadas
SARTINI; SÁNCHEZ;	Community Organization and Empowerment of Women: The Mujeres Pescadoras del Manglar Cooperative in Oaxaca, Mexico	2021	Social Work
PRADO	Rayén Lafkén: emancipación y resistencia económica en una cooperativa de mujeres mapuche	2021	Les Cahiers ALHIM
BALDISSARELLI; KLAES; BERNARDY; HULSE	A inserção das mulheres no cooperativismo videirense	2018	Revista Visão: Gestão Organizacional
SALVADOR; SANZ; CASTEL	Áreas rurales y cooperativas: iniciativas de mujeres para el desarrollo	2018	REVESCO: Revista Estudios Cooperativos
CARRASCO	Women-led cooperatives in Spain: Empowering or perpetuating gender roles?	2019	REVESCO: Revista Estudios Cooperativos
ACRE	Women and agrarian cooperatives in argentine cotton economy (1934-1960)	2018	Arenal-Resvista De Historia De Las Mujeres

Fonte: elaborado pela autora.

Nesse sentido, a próxima seção irá aprofundar estas discussões a partir da análise dos estudos selecionados, onde foram agrupados e divididos em três temas principais que serão abordados a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme abordado na seção anterior, após leitura dos artigos selecionados, foi possível fazer a organização desses por temas, facilitando assim a estruturação dos resultados e discussões. Foram organizados três grupos, o primeiro aborda as políticas públicas e sociais de fomento voltadas para a participação das mulheres nas cooperativas. A segunda aborda a trajetória dessas mulheres dentro dessas organizações, suas dificuldades e lutas a fim de serem reconhecidas como peça importante frente aos processos produtivos e de gestão. Por fim, abordamos a invisibilidade e a reprodução das desigualdades, onde vemos que devido ao patriarcado enraizado na sociedade, as mulheres ainda passam por muitas dificuldades para conseguirem conquistar seus espaços e direitos.

3.1 Desenvolvimento de políticas públicas ou sociais de fomento à inserção das mulheres em cooperativas

Dentro dos artigos selecionados, foi possível identificar alguns que traçam a importância das políticas públicas para que haja uma maior inserção das mulheres nas organizações cooperativas. "A expressão *política pública*, cujo sentido corrente refere-se à intervenção estatal nas mais diferentes dimensões da vida social, é atribuída força transformadora bem menor" (Maria Helena Oliva Augusto, 1989, p.: 1-07). O apoio de políticas públicas que garantam a participação feminina pode possibilitar melhor qualidade de vida e o desenvolvimento social dessas mulheres na sociedade civil.

Como forma de fomentar essa participação, o Programa Mulheres Mil, é analisado por Bordignon (2016), programa oferecido pelo governo federal, que oferta cursos de qualificação social para mulheres a fim de qualificá-las com a formação profissional básica e inseri-las no mercado de trabalho.

O programa defende que a organização cooperativa de mulheres provoca um impacto em suas comunidades e aumenta a renda das famílias, configurando-se

como uma forma de enfrentamento ao desemprego e a situações de extrema pobreza (Bordignon, 2016, p. 136).

Contudo, o programa abordado no estudo de Liliane Bordignon (2016) não oferece um aporte eficaz para essas mulheres. A falta de apoio técnico e financeiro para a continuidade do que se foi desenvolvido dentro do programa, a ausência de uma maior qualificação e por fim, o apoio para a organização das mesmas em uma cooperativa, faz com que o projeto não tenha de fato o êxito no qual é esperado.

Aliana Alemán Salcedo, Lisett Daymaris Páes Cuba e Lohitzune Zuloaga Lojo (2020) apresentam uma análise qualitativa das políticas públicas na Espanha e em Cuba. Na Espanha, existe uma maior preocupação com a criação e efetivação de políticas públicas que resguardem os direitos de igualdade de gênero. Como exemplo, temos a promulgação da Lei Orgânica de 2007 que tem como objetivo garantir a equidade de gênero entre homens e mulheres, sendo ela modificada em 2019 tornando-se o Real Decreto-Lei 6, onde “estabeleceu a obrigação de elaborar planos de igualdade nas empresas com 50 trabalhadores ou mais, referentes a todos os tipos de organizações, incluindo a economia social” (Salcedo, Cuba e Lojo, 2020). Os autores também dizem que ao incluir a Economia Social, a lei também trata das cooperativas e outras organizações associativas. Nesse caso, trata de uma incidência mais direta e com exigências importantes na medida em que a organização de “planos de igualdade” pelo menos implica em algum tipo de discussão e propostas a serem desenvolvidas nessas organizações econômicas.

Em Cuba, a inclusão da perspectiva de gênero para criação de políticas públicas, ainda é relativamente recente. Quando os autores fazem um levantamento das políticas públicas de gênero no âmbito cooperativo, verifica-se que está dentro das Diretrizes do Partido Comunista de Cuba de 2017 e na Constituição da República, que passou por uma reformulação no ano de 2019, que “consagra a não discriminação com base no sexo e no gênero, bem como a igualdade de homens e mulheres perante a lei, com direitos e obrigações reconhecidos para ambos”. (Salcedo, Cuba e Lojo, 2020, p. 307)¹.

Isso é compreensível não tanto porque os legisladores consideraram desnecessário fazer tal menção, assumindo que os princípios cooperativistas já incluem a igualdade de gênero, mas porque a evolução dos regulamentos aplicáveis foram vinculados aos diferentes estágios políticos que percorreu o país. Por esta razão, o fato de os regulamentos mais recentes referem-se à igualdade de gênero, num contexto em que esta questão é considerada uma prioridade política (Salcedo, Cuba e Lojo, 2020, p. 303).

¹ Artigo traduzido.

Já Sciortino (2018) apresenta análises do programa “Ellas Hacen” na Argentina voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, organizadas em cooperativas. O foco deste estudo são mulheres da cooperativa “Las Leonas”, onde as cooperadas exercem as práticas rotineiras de cuidados coletivos. A autora reforça a necessidade de um olhar crítico de como as políticas sociais discorrem sobre o cuidado, a fim de não reforçar a jornada de trabalho dupla e a feminização dos cuidados coletivos ou individuais.

O projeto “Trelew Ciudad de Cuidados: rumbo a uma rede de cooperativas de trabalho que promovam o desenvolvimento local sustentável” da Universidade de Chubut, na Argentina, é analisado por Marcela Inés Freytes Frey e Marina Veleza (2021), a fim de fazer uma reflexão e sistematizar o desenvolvimento do programa que tem como objetivo a criação de uma Rede de Cooperativas de Trabalhadores voltados a todos os tipos de cuidados, buscando a promoção do desenvolvimento local de Trelew na ótica de gênero.

Especificamente, um dos propósitos do projeto desenvolvido é colaborar com um trabalho articulado com o de outras universidades e organizações sociais, para gerar visibilidade e colocar na agenda pública, com uma perspectiva de direitos e uma abordagem de gênero, o problema do cuidado e o formato associativo como uma resposta possível que foge da dicotomia público-privado nas formas de organizar essas respostas (p. 26).

A Escola de Mulheres de Madrid (Colombia), trazida no estudo de Juliana Flórez, Mónica Ramón e Angélica Gómez (2018), é outra política social com foco na economia comunitária, com o objetivo de constituir uma cooperativa de mulheres. No ano de 2017, a Escola de Mulheres de Madrid, finalizou suas atividades. Por fim, mesmo não tendo conseguido constituir uma cooperativa, é importante salientar a relevância desse projeto para que as mulheres populares pudessem buscar alternativas de trabalho.

A implementação de políticas públicas possibilita que haja uma maior presença feminina nas organizações cooperativas, buscando resolver pendências entre as partes e equiparando homens e mulheres em busca de benefícios em comum. Por outro lado, algumas dessas políticas podem reforçar que os cuidados domésticos e familiares são destinados apenas à figura feminina, trazendo assim uma sobrecarga às mulheres ou que essas mesmas políticas não sejam executadas da maneira que foram pensadas.

3.2 Mulheres e Cooperativismos: experiências e trajetórias de empoderamento

A busca pela ascensão feminina nos mais diversos espaços sociais para a construção de sua trajetória é permeada de muita luta. Dentro desse contexto, alguns

autores discorrem sobre as experiências e a trajetória feminina dentro de cooperativas e associações em busca de direitos iguais e empoderamento.

Vanêssa Pereira Simon e Boeira (2020) dizem que o processo de empoderamento feminino nasce a partir de movimentos que buscam entender o por que ocorre a diferenciação entre homens e mulheres ao decorrer da história, buscando trazer equidade entre eles.

Os espaços coletivos, como as cooperativas, podem ser aliados no fomento das mulheres frente ao mercado de trabalho. Vanêssa Pereira Simon e Boeira (2020) trazem um ensaio teórico que objetiva apresentar quais são os aspectos limitantes nos sistemas sociais e como os fundamentos da economia social e solidária podem construir locais que têm como objetivo fomentar o empoderamento das mulheres.

Assim, o processo de empoderamento, como prática coletiva e solidária, pode ser percebido como decorrência de uma trajetória de vários sujeitos que interagem, vivenciam, trocam e divergem, numa lógica envolvente e inclusiva, reflexiva, visto que ninguém se empodera sozinho (p. 118).

Segundo Beatriz Miranda Prado (2021), Itz'iar Carrasco (2019), Maria Luisa Esteban Salvador, Sanz e Ana Gargallo Castel (2018) e Ilaria Satini e Sánchez (2021) o cooperativismo pode ser uma porta para a inserção da mulher para que possa conseguir relacionar o trabalho doméstico e a produção de bens e serviços nas esferas público e privado. Itz'iar Carrasco (2019) mulheres tendem a escolher as cooperativas por uma iniciativa de empreendedorismo, trazendo assim um número significativo de mulheres cooperadas, além de quebrar o tradicionalismo de homens em cargos de chefia. Assim, estes estudos demonstram que as mulheres vêm ocupando maior poder de influência e poder de tomada de decisão nas cooperativas. Nesse caso, as cooperativas podem desempenhar um papel preponderante na contribuição e consecução do empoderamento econômico e social das mulheres (Juciele Marta Baldissarelli, *et al.*, 2018). As cooperativas são consideradas fundamentais para o empoderamento da mulher e melhoria na qualidade de vida, possibilitando que haja conciliação da vida profissional e familiar (Itz'iar Carrasco, 2019).

Ilaria Sartini e Sánchez (2021) abordam em seu estudo de caso a fundação de uma cooperativa no ano de 2014 para empoderamento das mulheres de El Zapotalito, localizado no Parque Nacional Lagunas de Chacahua, no estado de Oaxaca. Nesse contexto, a população é de maioria indígena e africana, que sofrem recorrentes abusos dado a cultura machista dessa comunidade. A cooperativa foi fundada por meio de um programa de

fomento ao empoderamento feminino de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, instituído pela Associação Cívica La Ventana. A cooperativa de Pescadoras del Manglar tem destaque nacional como a primeira organização de indígenas e afrodescendentes.

Já Rayén Lafkén é uma cooperativa de trabalho e produção, formada por um grupo de mulheres que pertencem ao Mapuche Lafkenche, analisada por Beatriz Miranda Prado (2021). Essa organização é composta somente de mulheres focadas na produção de lanches cochayuyo (alga comestível).

O artigo analisa a história do cooperativismo a partir da perspectiva da economia feminista (EF) e da economia social e solidária (ESS) -na qual se inscreve o cooperativismo-, descrevendo como essas mulheres realizam tarefas que buscam reivindicar um atividade que coloca o bem viver no centro, praticando um ofício ancestral em cuja cadeia toda a família participa dessa atividade produtiva e amplia as possibilidades de inserção laboral para seus filhos, mas principalmente para suas filhas, cujo único caminho possível para a inserção econômica costuma ser o serviço doméstico (Prado, 2021, p. 1).

Para Beatriz Miranda Prado (2021, p.10), “a cooperativa Müngen Lafkén incentiva a solidariedade e o companheirismo em sua comunidade, em seus núcleos familiares e entre as cooperativas, adquirindo importância a igualdade dos que integram a cooperativa [...]”.

Juciele Marta Baldissarelli *et al.* (2018) faz uma reflexão em seu estudo de caso sobre a participação das mulheres no cooperativismo, trazendo o Núcleo Feminino da COOPERVIL e do SICOOB, na cidade de Videira em Santa Catarina. Através do cooperativismo, essas mulheres entendem quais estratégias podem ser usadas para aumentar cada vez mais a participação feminina nos espaços de poder e decisão. A iniciativa dessas cooperativas na criação desse grupo de mulheres, fortalece a adesão do público feminino trazendo oportunidade para que elas conquistem seus espaços e sejam ouvidas.

Outro estudo destaca que as mulheres são de grande importância para o desenvolvimento rural através do cooperativismo. Sendo assim, Salvador, Sanz e Castel (2018) realizaram um estudo na cidade de Teruel, na Espanha, a fim de obter informações históricas sobre as cooperativas, mostrando sua evolução e a percepção das mulheres para o futuro.

[...] o cooperativismo oferece oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres rurais. As cooperativas analisadas, com alta participação feminina, estão completa e diretamente relacionadas ao meio rural, o que corrobora sua importância como geradores de emprego feminino em um contexto altamente masculinizado (Salvador, Sanz e Castel, 2018, p. 134).

Itz'iar Carrasco (2019) analisa a contribuição das cooperativas de mulheres em Andaluzia (Espanha) para empoderamento feminino a partir da experiência de três organizações que são lideradas por mulheres, sugerindo que as cooperativas são instituições que tenta combater a discriminação internamente e externamente. Esse tipo de organização possibilita que mulheres possam evoluir e inovar com respaldo jurídico adaptado às suas necessidades. Essas cooperativas desafiam as atribuições dos papéis de gênero, possibilitando mudanças importantes para a igualdade de gênero e permitindo a conciliação da vida profissional e pessoal dessas mulheres.

Da mesma forma, podemos trazer como exemplo a Cooperativa de Mulheres na Agricultura Familiar do Sertão Alagoana LTDA (Natu Capri), no município de Maravilha, Alagoas, abordada no estudo dos autores Nunes *et.al* (2018). Algumas cooperadas estão na organização desde a fundação, desenvolvendo desde as atividades domésticas até a agricultura, participando de todo o processo produtivo. A cooperativa tem como objetivo gerar renda e proporcionar novas oportunidades a essas mulheres, além de trabalhar o fortalecimento dos valores e da tradição local.

Assim, deste modo, as cooperativas se mostram, a partir destes estudos, fundamentais no processo da participação das mulheres no mercado de trabalho, contudo, a desigualdade entre homens e mulheres ainda é presente. É importante que as organizações coletivas criem políticas para fomentar e prospectar mais mulheres em seu quadro, seja como associadas, colaboradoras e diretoras dessas instituições.

3.3 Invisibilidade persistente: reprodução das desigualdades no cooperativismo

Apesar das cooperativas viabilizarem uma melhor inserção da mulher no mercado de trabalho, conforme alguns estudos de caso apresentados, a dificuldade para conseguir a igualdade de gênero ainda permeia as instituições. A invisibilidade feminina nas organizações é uma prática recorrente, dado ao fato de sermos uma sociedade com uma cultura patriarcal enraizada no meio em que vivemos, como mostram os estudos feitos pelas autoras abaixo.

Ao abordar o tema mulheres, é importante Juciele Marta Baldissarelli (2018) que a diferenciação de gênero entre homens e mulheres, ainda é presente nas organizações,

mesmo com todas as lutas e convenções em torno desse assunto. É possível notar que as desigualdades de salário, oportunidades e posição de cargos, ainda permeiam as organizações.

Jéssica Suzana Magalhães Cardoso e Ivonete da Silva Lopes (2021) trazem em seu estudo de caso uma análise das representações de gênero e raciais dentro das peças midiáticas produzidas pela Sicoob e pela Cresol. O estudo mostra que as mulheres, independente da raça, têm papel figurativo, onde elas estão sempre em posição de submissão ao homem. “Quando as cooperadas realizam falas, na maioria das vezes, restringem-se a descrever os benefícios pessoais que alcançaram por meio da atuação da cooperativa [...]” (Jéssica Suzana Magalhães Cardoso e Ivonete da Silva Lopes, 2021, p. 19). Ainda segundo essas autoras:

As representações acerca das mulheres, apesar de serem mais significativas do que as dos negros, ainda não podem ser consideradas como ferramenta de empoderamento. O que se vê é exatamente o contrário, as mulheres são esteticamente padronizadas e, muitas vezes, suas ações estão permeadas por padrões de gênero. O agravante encontra-se nas representações femininas no campo, além de não serem protagonistas nos vídeos, são colocadas em posições de submissão fazendo com que sua contribuição para a geração de renda não seja valorizada (p. 23).

A falta de incentivo legal para a garantia da igualdade de gênero, é abordado por Ligia Roxana Sánchez Boza (2019). A autora apresenta a falta de reconhecimento das mulheres cooperativistas dentro do Conselho Nacional de Cooperativas e a criação do “Comité Nacional de Las Mujeres Cooperativistas (CONAMUJER)”, que passou por diversos governos e nunca obteve a promulgação da lei correspondente.

Alejandra de Acre (2017) fala sobre a cooperativa algodoeira que tem como lema de fundação a participação da família no trabalho da fazenda. Contudo, o papel das mulheres era apenas o de difundir os princípios do cooperativismo para os seus filhos. Essas sempre têm os seus papéis dentro da cooperativa ligados ao produtor de algodão, passando de geração para geração, de jovens, a esposas, mães e viúvas. A UCAL desde sua publicação, salienta a importância das mulheres terem protagonismo reconhecido nas organizações cooperativas, saindo do papel de coadjuvantes para as protagonistas.

A reprodução das desigualdades está longe de ter um fim, entretanto, é possível notar uma certa preocupação em torno de viabilizar a maior participação das mulheres no cenário cooperativista por meio da criação de órgãos e programas para que de fato tenham reconhecimento do seu papel de protagonistas frente a essas organizações. A reprodução dessas desigualdades muitas vezes começa dentro do ambiente familiar, onde os homens

tomam para si o papel principal das propriedades, incumbindo as esposas o papel de coadjuvante dos processos produtivos. Por fim, pode-se salientar a raridade de estudos que tratam de raça e gênero, sendo assim, é importante enfatizar a necessidade de que haja mais estudos voltados para esse tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da leitura e reflexão dos artigos selecionados, foi possível identificar que a luta por reconhecimento, direitos, espaço e igualdade de gênero dentro das organizações cooperativas, ainda está longe de acabar. A divisão sexual do trabalho permeada pelo patriarcado, que está culturalmente inserido na sociedade e nas organizações, reforça a importância de nos atentarmos para a problematização desse tema. Apesar das cooperativas poderem ser grandes aliadas para a inserção da mulher no mercado de trabalho, infelizmente, houve um declínio no número de mulheres no quadro social no cenário nacional no ano de 2020.

As mulheres são essenciais desde a produção, até a comercialização dos produtos, bens e serviços, tomando os espaços por meio do empreendedorismo social, buscando sair do papel de ajudante, para as responsáveis pelas finanças da casa. A falta de incentivo legal que garanta às mulheres a igualdade de gênero deixa as mesmas marginalizadas nas instituições.

Também foi possível perceber que esses estudos em maioria foram feitos em cooperativas de mulheres e não em cooperativas em geral, onde apenas um desses artigos faz essa análise. Portanto, destacamos a importância da criação de políticas públicas ou sociais no Brasil para fomentar a participação das mulheres tanto enquanto cooperadas, quanto nas instâncias deliberativas das cooperativas, por meio de educação, formação e informação feministas. É importante destacar que ainda existe pouco volume de pesquisas sobre esse tema, sendo interessante pensar em mais estudos para obter uma maior base de dados. Em geral, parte dos estudos demonstram aspectos positivos da inserção das mulheres nas cooperativas, abordando políticas públicas de participação feminina em seu quadro organizacional e tomando frente os processos produtivos de suas terras. Contudo, as perspectivas limitadas em relação à superação da desigualdade de gênero, a relação entre maior participação feminina e cooperativas está a caminhar a passos lentos. Também

vale pontuar que poucos trabalhos trazem dados raciais dentro desse tema. Qual a participação das mulheres negras nessas organizações?

Por fim, os estudos mostram o cenário positivo quanto a criação de políticas públicas e programas que mostram uma preocupação em trazer essas mulheres para dentro das cooperativas, entretanto, esses trabalhos apresentam dados mais gerais e pouca profundidade em relação a continuidade e permanência desses programas e políticas públicas na vida dessas mulheres. É importante salientar mais estudos sobre o tema, principalmente sobre quais são os papéis de liderança exercido por elas nas organizações cooperativas, sobre a existência de comitês e programas voltados para aumentar a participação delas neste meio.

5 REFERÊNCIAS

ALEMÁN SALCEDO, Eliana; PÁEZ CUBA, Lisett Daymaris; ZULOAGA LOJO, Lohitzune. El cooperativismo en España y Cuba: ideas convergentes sobre la participación de las mujeres. **Cooperativismo y Desarrollo**, v. 8, n. 2, p. 296-314, 2020.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, v. 1, p. 105-119, 1989.

BALDISSARELLI, Juciele Marta et al. A INSERÇÃO DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO VIDEIRENSE. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 80-94, 2018.

BEATRIZ MIRANDA PRADO, Daniela. Rayén Lafkén: emancipación y resistencia económica en una cooperativa de mujeres mapuche. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers ALHIM**, n. 41, 2021.

BORDIGNON, Liliane. O Programa Mulheres Mil e o Cooperativismo no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, v. 14, n. 24, 2016.

BOZA, Ligia Roxana Sánchez. Identidad, características y desarrollo social, económico y político de las cooperativas costarricenses. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 27, n. 114, p. 1-27, 2019.

CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães; DA SILVA LOPES, Ivonete. Diversidade racial e de gênero: análise da comunicação do cooperativismo de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 8, n. 15, p. 01-27, 2021.

CARRASCO, Itz'iar Gómez. Women-led cooperatives in Spain: empowering or perpetuating gender roles?. **REVESCO: revista de estudios cooperativos**, n. 131, p. 48-64, 2019.

DE ALMEIDA NETO, Francisco Sérgio; DA SILVA COSTA, Márcia; HELAL, Diogo Henrique. RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO: ASPECTOS DA DESIGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO¹. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 1, n. 31, 2016.

DE ALCANTARA, Patricia Pereira Tavares; PEIXOTO, Camila Lopes; DA SILVA, Adriana Maria Simião. As relações patriarcais de gênero na família: influência da mídia televisiva. **Holos**, v. 7, p. 270-277, 2017.

DE ARCE, Alejandra. Women and agrarian cooperatives in argentine cotton economy (1934-1960). **ARENAL-REVISTA DE HISTORIA DE LAS MUJERES**, v. 25, n. 1, p. 71-93, 2018.

DE AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**, 2016.

DOS SANTOS CHAVES, Ana Ruth; DE CASTRO, Roberta Rowsy Amorim; DE MENEZES, Andreia. A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais e Humanas**, v. 32, n. 2, 2019.

ESTEBAN SALVADOR, Maria Luisa; PEREZ SANZ, Francisco Javier; GARGALLO CASTEL, Ana. Rural areas and co-operatives: women's initiatives for development. **REVESCO-REVISTA DE ESTUDIOS COOPERATIVOS**, n. 127, p. 116-138, 2018.

FLÓREZ FLÓREZ, Juliana; RAMÓN, Mónica; GÓMEZ, Angélica. Trayectorias subjetivas laborales y economía comunitaria en la Escuela de Mujeres de Madrid (Colombia). **Nómadas**, n. 48, p. 83-100, 2018.

FGV IBRE. **FGV Dados**. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/fgv-dados>. Acesso em: 21 dez. 2022.

FREY, Marcela Inés Freytes; VELEDA, Marina. Las cooperativas de cuidados y el desarrollo territorial. **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 29, n. 119, p. 1-29, 2021.

HILLENKAMP, Isabelle. ¿ Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas. **Revista de antropologia social**, v. 28, n. 2, p. 297, 2019.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

HIRATA, Helena *et. al.* Dicionário Crítico do feminismo-de Helena Hirata; Françoise Laborie; Hélène Le Doaré; Danièle Senotier (orgs.).

IBGE. **Estatísticas de Gênero - Indicadores das mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 16 jul. 2022.

LIMA, Camila Rodrigues Neves de Almeida. Gênero, trabalho e cidadania: função igual, tratamento salarial desigual. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1219-1237, 2017.

NASSIF, Vânia Maria Jorge et al. Influência das Ameaças de Gênero e Comportamento de Superação na Satisfação de Empreendedoras. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 12, n. 3, p. 416-437, 2020.

NUNES, Risoneide Pereira et al. O cooperativismo e caprinocultura como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. **Diversitas Journal**, v. 3, n. 3, p. 901-908, 2018.

PEREIRA, Lisanil Conceição Patrocinio; FERREIRA, Waldineia Antunes Alcantara. A INFLUÊNCIA DO PATRIARCADO JUNTO AS MULHERES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA BAIXADA CUIABANA-MT. **Periferia**, v. 10, n. 2, p. 103-118, 2018.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina María. Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. 2015.

SARTINI, Ilaria; SÁNCHEZ, Francisco Caravaca. Community Organization and Empowerment of Women: The Mujeres Pescadoras del Manglar Cooperative in Oaxaca, Mexico. **Social Work**, v. 66, n. 4, p. 307-316, 2021.

SCIORTINO, Silvana. Una etnografía sobre arreglos familiares, leonas y mujeres superpoderosas: Prácticas compartidas de cuidado entre las titulares del Ellas Hacen. **Cuadernos de antropología social**, n. 48, p. 55-71, 2018.

SIMON, Vanêssa Pereira; BOEIRA, Sérgio Luís. Fenonomia, isonomia, economia social e solidária: convergências no processo de empoderamento feminino?. **Ciencias da Administração**, v. 22, n. 56, p. 109-124, 2020.

SOMOS COOP. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-coop-2021>. Acesso em: 4 jul. 2022.